



ADVOGADO

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E AUTORIDADE SUPERIOR – CPLO/RO**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**CONCORRÊNCIA N. 07/2022/CPLO/SUPEL/RO**  
**RECORRENTE: NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**

A empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, de CNPJ n. [REDACTED], já devidamente qualificada nos autos, vem, perante Vossa Senhoria, interpor Recurso Administrativo, com fundamento no art. 109 da Lei 8.666/93, diante da sua INABILITAÇÃO no certame, pelos motivos abaixo expostos.



[REDACTED]



[REDACTED]



[REDACTED]



ADVOGADO

## I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, vez que a decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 23 de agosto de 2023, contabilizando-se o início do prazo no dia 24 e findando-se no dia 30 do mesmo mês. Logo, demonstra-se a tempestividade deste recurso.

## II – DOS FATOS

A recorrente está participando do processo licitatório, na modalidade Concorrência, de n. 07/2023/CPLO/SUPEL/RO, que tem como objeto a *“Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para obra de revitalização e ampliação de espaço público CEDELI - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO”*.

Conforme se extraí dos autos, a recorrente foi inabilitada por supostamente *“não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS-RO, para o certame em pauta, descumprindo parcialmente o estabelecido no item 15.1, alínea "e" do Edital, bem como por não apresentar Acervo Técnico dos profissionais indicados pela empresa onde comprove qualificação técnica profissional para o serviço de "Instalação de Grama Sintética", descumprindo parcialmente o exigido no 15.3, alínea "d" do Edital”*.

Ocorre, ilustríssima, que a recorrente cumpriu todos os itens do edital, de forma que a decisão merece ser reformada para habilitá-la ao certame.

## III – DOS DIREITOS





ADVOGADO

### III.1 – DO CABIMENTO DO RECURSO E DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO

Art. 109. Da lei 8.666/93:

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Por se tratar de decisão de julgamento da habilitação, o recurso é cabível, nos termos do art. 109, I, "a", devendo ser **inicialmente** encaminhado à Presidente da Comissão de Licitação para reconsiderar sua decisão, pelos motivos abaixo expostos. Caso haja a manutenção da decisão, requer-se o encaminhamento à autoridade superior, ou a quem o fizer de direito, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93.

### III.2 – DA ILEGALIDADE DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.



ADVOGADO

## A) DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DO ITEM 15.1, ALÍNEA “E”.

Ilustríssima, a Comissão de Licitação, em sua decisão, entendeu que a empresa não apresentou, para o certame em pauta, a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SJUS/RO e com isso foi inabilidade por supostamente contrariar o item 15.1, alínea “e” do edital. Vejamos:

Não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS-RO, para o certame em pauta, descumprindo parcialmente o estabelecido no item 15.1, alínea "e" do Edital.

Verificando isso, vejamos o que diz o art. 15.1, alínea “e”

### 15.1 - DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

e) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispões acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

compulsando os autos, observa-se que a empresa apresentou tanto a declaração própria quanto a declaração emitida pela SEJUS. Vejamos:



ADVOGADO



ANEXO XI  
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU  
EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS – CPLO  
PORTO VELHO - RO

CONCORRÊNCIA N. 007/2022/CPLO/SUPEL/RO

250  
A

A empresa NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA declara, para fins de participação na licitação da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 007/2022/CPLO/SUPEL/RO**, que, caso logre êxito na licitação, contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

Porto Velho, 15 de agosto de 2023.

## Declaração da empresa



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

### DECLARAÇÃO

DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO  
TRABALHO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2022/CPLO/SUPEL/RO

**OBJETO:** Revitalização do Parque do Abobão, no município de Porto Velho - RO  
Solicitante: NORTE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 26.588.861/0001-26

O Núcleo de Trabalho Remunerado de Reeducandos - NUTRER, vinculado à Gerência de Reinserção Social - GERES da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, órgão responsável pela intermediação da mão de obra do sistema prisional do Estado de Rondônia, em atenção ao DECRETO Nº 25.783, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes serviços: **Revitalização do Parque do Abobão, no município de Porto Velho - RO.**

Declara ainda que, no momento oportuno, os reeducandos serão selecionados pela direção da Unidade Prisional mais próxima da frente de trabalho, seguindo os critérios do decreto acima mencionado.

Porto Velho, 28 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA PINHEIRO DE OLIVEIRA**, Assessor(a), em 28/07/2023, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Recalde**, Gerente, em 28/07/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

## Declaração do SEJUS





ADVOGADO

Ou seja, a recorrente apresentou tanto a declaração formal prevista no anexo XI, como também a emitida pela SEJUS.

Ocorre, ilustríssima, que, pelo visto, o imbróglio surge a partir da decisão da Comissão de Licitação, ao não aceitar como válida a Declaração da SEJUS, pois a declaração apresentada, possivelmente, não foi para o certame em si, como se observa na decisão. Vejamos:

“não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS-RO, para o certame em pauta, descumprindo parcialmente o estabelecido no item 15.1, alínea

Isto é, a Comissão de Licitação exige que para cada certame as empresas licitantes devem solicitar certidões à SEJUS para serem habilitada no certame. Porém, há exigência legal e editalícia para isso?

Observemos o que preleciona a Lei Estadual n. 2.134/2009 sobre o tema:

Art. 1º. Nas Licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia, para contratação e prestação de serviços que prevejam fornecimento de mão-de-obra, constará obrigatoriamente cláusula que assegure reserva de vagas para apenados em regime semi-aberto e aberto egresso do sistema penitenciário, excluindo do disposto nesta Lei os serviços de segurança.

Parágrafo único: será de no mínimo 2% (dois por cento) a quantidade de vagas reservadas para apenados em regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário.



ADVOGADO

Art. 2º. Os ditames desta Lei serão obrigatoriamente observados quando da renovação de contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra para a Administração Pública do Estado de Rondônia.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pelo que se vislumbra, a lei em momento algum exige que para cada licitação haja consulta à SEJUS.

Prosseguindo, vejamos o que preleciona o Decreto n. 25.783 de 1.02.2021, que regulamenta a lei supracitada.

DECRETO Nº 25.783, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021.

Regulamenta a reserva de vagas para apenados no regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão de obra à Administração Pública do Estado de Rondônia, prevista na Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 65 da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.", com fulcro no § 5º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências."

Art. 2º Na contratação de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, os Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual Direta,



ADVOGADO

Autárquica e Fundacional deverão exigir da contratada, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

§ 1º Considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento ou o liberado condicional, durante o período de prova.

§ 2º O emprego de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto, terá preferência em detrimento aos egressos.

Art. 3º A exigência mencionada no art. 2º será prevista:

I – No termo de referência;

**II - No edital, como requisito de habilitação jurídica, consistente na apresentação de declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos deste Decreto, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;**

III - No contrato, como obrigação da contratada de empregar pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos deste Decreto; e

IV - Na ata de registro de preços ou em outro documento hábil capaz de gerar obrigação à contratada.

Art. 4º A SEJUS deverá manter lista atualizada de todas as pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto e dos egressos aptos ao trabalho, assim como manter estatísticas, mensalmente atualizadas quanto à quantidade de pessoas empregadas.





ADVOGADO

[...]

Vislumbra-se, também, da leitura do decreto supracitado, que a administração não exige que para cada certame haja uma solicitação formal de consulta a SEJUS.

Aliás, em que pese a declaração apresentada ser referente a outra concorrência, tal procedimento aconteceu nesta comissão e é da mesma secretaria, tendo, inclusive, finalidades idênticas (obras e serviços de engenharia), no mesmo período temporal e também sendo a declaração datada com menos de 30 (trinta) dias da participação dos certames (concorrência 07 e 06).

Tampouco o edital exige que a declaração emitida pela SEJUS seja de caráter exclusivo. Vejamos o item que trata o tema:

#### 15.1 - DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

e) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, **acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;**

Ou seja, basta a declaração emitida pela SEJUS de que dispõe de pessoas aptas à execução do trabalho.





ADVOGADO

Ora, a declaração juntada pela empresa e a emitida pela SEJUS, mesmo que esta seja relacionada a outro objeto, são suficientes para suprir o exigido no edital, no decreto e na lei.

Aliás, o art. 40, § 5º, agindo como norma geral sobre o caso, previu que:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

§ 5º A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento.

Com isso, o que se percebe é que a norma geral, também, não exige o que decidiu a comissão de licitação, tampouco previu a exigência de declaração específica emitida por órgão responsável. O decreto que regulamenta o supracitado artigo exige, apenas, de declaração do órgão para que informe se há pessoas aptas a execução de trabalho. Com isso, basta-se uma declaração.

O que se conclui é que a empresa licitante, ora recorrente, não tem culpa se a SEJUS vincular a declaração a uma licitação específica.

Desta feita, exigir que a empresa solicite sempre que for participar de licitações com o mesmo objeto, em período de tempo razoáveis, é um excesso de formalismo, prejudicando a ampla concorrência.



ADVOGADO

Alias, todas, absolutamente, todas as declarações, certidões negativas e afins, emitidas por órgãos públicos, que são exigidos como requisitos objetivos de habilitação em licitação, tem como validação datas. Expliquemos: declaração emitidas pela Caixa, Justiça Estadual de Falências e etc. tem como validade uma data específica.

Ora, se se cada vez que a recorrente participar de certames, mesmo tendo participado de outro anteriormente com objetos idênticos, ter-se-á que solicitar declaração certidão junto ao SEJUS mesmo que haja uma válida emitida com menos de 15, 20, 30 dias de expedição? E se ela, ao solicitar a informação da SEJUS e neste momento estiver disponível reeducandos ou egressos, porém na hora de executar o contrato não mais haver disposição, ela será penalizada? Claramente não. Então, a existência ou não de reeducandos ou egressos aptos a prestarem serviços no momento do oferecimento da licitação em nada vai vincular a empresa, pois pode ser que na eventual contratação não haja mais disponibilidade deles.

Com isso, é perceptível que a inexigência legal de vinculação de uma declaração com o objeto da licitação à declaração da SEJUS se deu exatamente para não haver essas distorções, bastando a empresa solicitar a declaração periodicamente.

Se o SEJUS vinculou a declaração, a empresa não pode ser penalizada por este ato, pois a declaração existe no mesmo período de ambas concorrências (6 e 7) e ela é válida tanto a uma quanto a outra e para outras que a empresa quisesse participar nesse período, independente do órgão ou poder.

Imagine-se se a empresa participasse no período de uma semana de 10 (dez) licitações, seria razoável a SEJUS emitir 10 (dez) certidões, cada uma sendo vinculadas a um procedimento? Não. Não é razoável e nem eficiente. Não é razoável



ADVOGADO

exigir isso da empresa e nem é eficiente a administração emitir várias certidões a mesma empresa, que tenham a mesma finalidade.

Além de não ser razoável e eficiente a administração vincular uma declaração emitida por uma secretaria a um procedimento licitatório específico, esse procedimento geraria um formalismo exacerbado que é absolutamente repudiado nos procedimentos licitatórios e em nada contribuiria para a ampla concorrência.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União tem jurisprudência consolidada sobre o tema. Vejamos:

" Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, **a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados" (Acórdão 357/2015 – Plenário / Relator: BRUNO DANTAS).

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante** e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário / Relator: José Mucio Monteiro)



ADVOGADO

**É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios. (Acórdão 1217/2023-Plenário / Relator: Benjamin Zymler)**

Conclui-se que a declaração apresentada pela empresa é apta a habilitá-la no certame, seja por ausência de previsão expressa que a declaração emitida pela SEJUS deve ser vinculada a cada procedimento; seja por ser irrazoável e ineficiente a sua exigência vinculada, gerando um formalismo exacerbado não aceitá-la, de forma que a decisão recorrida merece ser reformada para habilitar a recorrente neste item.

## **B) DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DO ITEM 15.3, ALÍNEA “D”. DA INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Outro item que a empresa recorrente foi desclassificada de maneira irregular foi no 15.3, alínea “d”. vejamos o teor da decisão:

“... não apresentar Acervo Técnico dos profissionais indicados pela empresa onde comprove qualificação técnica profissional para o serviço de "Instalação de Grama Sintética", descumprindo parcialmente o exigido no 15.3, alínea "d" do Edital”

O item 15.3, de, prevê:

### **15.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Comprovação de registro ou inscrição da licitante, devidamente registrado na entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia



[Redacted]



[Redacted]



@ [Redacted]



ADVOGADO

(CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

- b) **Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente ou no quadro societário, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Arquiteto ou outro profissional de engenharia devidamente registrado na entidade competente e detentor de Certificado de Acervo Técnico – CAT emitido pelo CREA ou CAU** pela execução de obras ou serviços de engenharia e/ou arquitetura com características semelhantes ao objeto do Edital, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição.
- d) **Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam:**

(CONFORME ITEM 10.2, alínea “d” DO PROJETO BÁSICO)

SERVIÇOS REQUERIDOS
Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco
Execução de passeios em piso intertravado
<b><u>Instalação de Grama Sintética</u></b>

- e) **A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:**

- e.1) Carteira de Trabalho;  
e.2) Certidão do CREA/CAU;



[Redacted contact information]



[Redacted contact information]



@ [Redacted contact information]



ADVOGADO

e.3) Contrato social;

**e.4) Contrato de prestação de serviços;**

e.5) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

e.6) Termo, através do qual o profissional assumia a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

**(grifamos)**

Da interpretação das regras acima grifadas, basta que responsável técnico da empresa (que se comprova através do contrato de prestação de serviço), independente da área de atuação, tenha CAT registrada no CREA com a execução de “Instalação de Grama Sintética”.

A empresa, de forma objetiva, cumpriu todos esses objetivos e demonstra a comprovação do item na pag. 126 de seus documentos, serviço atestado na CAT do engenheiro. Vejamos:

2.2.10.3. IMPERMEABILIZAÇÃO E COBERTURA DO PÁTIO

Execução de sistema de telhado verde, composto de impermeabilização, camada drenante e revestimento vegetal.

Av. Ministro Mário Andreazza, 916 – Distrito Industrial | Cep 69075-830 Manaus | AM | Brasil +55 92 2129 2999  
[www.fundacaonokia.org](http://www.fundacaonokia.org)

Cadastro nº 928154/2016  
25/05/2016, 07:56  
Chave de Impressão: DAC3yee425Bosx4AD2418  
A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://publico.crea-am.org.br/>, com a chave: DAC3yee425Bosx4AD2418  
Impresso em: 25/04/2016 às 07:56:37 por: isagf, ip: 166.207.137.156

Página 106

**FUNDAÇÃO NOKIA**

- Impermeabilização com primer e manta asfáltica, espessura de 4mm, com a devida proteção mecânica.....975,00 m²
- Camada Drenante e filtrante, com geotêxtil e lastro de areia.....905,00 m²
- Instalação de grama sintética.....905,20 m²

126

(vide pág. 126 dos documentos da licitante, referente à CAT n. 928154/2016, do engenheiro contratado conforme as pags. 54/55)





ADVOGADO

Nesta oportunidade, sem muitas delongas, é cristalino que a recorrente cumpriu integralmente o item 15.3, alínea “d” do edital, de forma que a decisão merece também ser reformada quanto a esse ponto para habilitá-la ao certame.

#### **IV – DOS PEDIDOS.**

Seja o processo encaminhado à presidente da Comissão Permanente de Licitação para reconsiderar sua decisão e reformá-la, a fim de que HABILITE a recorrente NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA pelos motivos acima expostos.

Caso não haja reconsideração da decisão pela Presidente da CPL, requeiro o envio dos autos à autoridade superior, para que reforme a decisão da Comissão de Licitação e que HABILITE a recorrente NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, pelos motivos acima expostos, com anterior manifestação de sua Procuradoria.

Porto Velho, 24 de agosto de 2023.



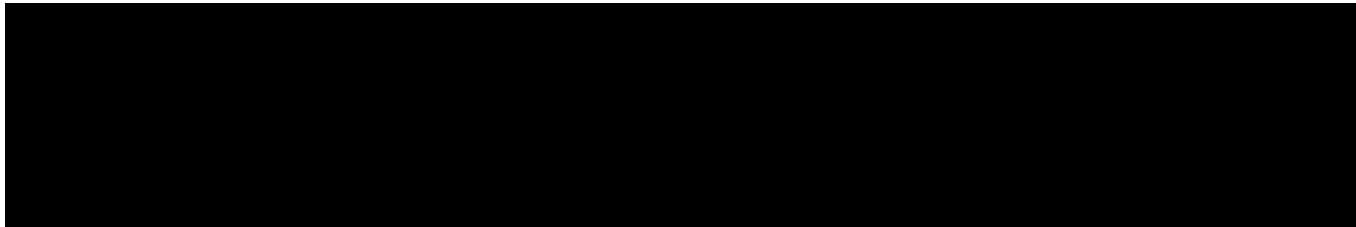
Assinado de forma digital por





**PROCURAÇÃO**  
**EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL**

**OUTORGANTE:** NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, com sede em



**OUTORGADO:**

[Redacted Name]

[Redacted Address]

**OBJETIVO e PODERES:**

**Poderes:** por este instrumento particular de procuração, o Outorgante nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Outorgados, concedendo-lhes amplos poderes da cláusula ad judicia et extra, para o foro em geral, podendo, portanto, promover qualquer medida judicial ou administrativa, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, também praticar todos os atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**Poderes Específicos:** a presente procuração também outorga aos Advogados os poderes especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, receber citações, receber intimações, renunciar, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos, com ou sem reservas de poderes, com a necessidade de prévia notificação ao Outorgante.

Manaus, 11 de maio de 2022.

